

PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA

Ref: Edital PIBIC/CNPq – FGV Direito Rio 2024-2025

Projeto: Regulação social e proteção social: os mecanismos de segurança econômica e de combate à pobreza no Brasil.

Proponente: Luis Lopes Martins - Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Direito pela Fundação Getúlio Vargas – FGV Direito Rio. Professor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas - RJ. Professor da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do SUL – PUCRS.

Resumo

Se, até o início do século passado, a proteção social não passava de uma política incipiente, localizada e restrita, que alcançava apenas pequenos grupos de trabalhadores e protegia em face de não mais que dois ou três eventos mais extremos (como invalidez ou morte), sua evolução levou-a a ser instrumento presente não apenas em quase todos os países, mas o principal gasto público na grande maioria deles.

O Brasil não é exceção nesse contexto global de centralidade (econômica, política e social) das políticas públicas de proteção social: gastos previdenciários e assistenciais são, há muito tempo, a principal despesa não financeira em âmbito federal e tais programas também se materializam como a principal ferramenta estatal de desigualdade e estabilização de renda de pessoas vulneráveis. Apesar da centralidade de tais políticas, um tema ainda pouco explorado é a pulverização das iniciativas protetivas, atualmente divididas em uma série de prestações e rubricas distintas, o que dificulta a compreensão do alcance da política social nacional.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca examinar a situação atual dos gastos públicos federais no âmbito da proteção social, a fim de identificar e analisar não apenas as rubricas mais tradicionais – como bolsa-família ou aposentadorias pelo RGPS – mas também entender outras configurações menos tradicionais que compõem o gasto social com segurança econômica, tais como prestações pecuniárias relacionadas a circunstâncias específicas (e.g. anistia, COVID-19 ou catástrofes climáticas).

Introdução

É possível afirmar que a principal mudança na atuação do Estado a partir do último século foi a introdução de políticas públicas de bem-estar social, com destaque para os mecanismos institucionais de proteção econômica, que protegem cidadãos vulneráveis em razão de riscos tradicionais existentes na sociedade, como velhice, desemprego, maternidade ou mesmo catástrofes excepcionais, tradicionalmente via mecanismos tradicionais como previdência, assistência ou mesmo via a regulação de mecanismos de poupança privada.

Por outro lado, o desenvolvimento da sociedade também gera avanços, retrocessos e novidades que trazem novos riscos para a sociedade e requerem uma gestão específica¹, como aumento dos fluxos migratórios, novas tecnologias de comunicação ou mesmo a intensificação de desastres ambientais.

¹ WINDHOLZ, Eric. HODGE, Graeme. Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. Revista de Direito Administrativo: Rio de Janeiro, v. 264. 2013.

Como se poderia imaginar, a existência de novos riscos traz também demanda por mecanismos por sua mitigação, inclusive em âmbito estatal e na seara da proteção econômica em face de tais eventos. Todavia, nem sempre essas circunstâncias são compatíveis com as ferramentas mais tradicionais de proteção estatal, em particular com os mecanismos mais institucionalizados de previdência e assistência social.

Justamente por isso, a análise da efetiva proteção social brasileira exige olhar não apenas para os maiores e mais comuns mecanismos de segurança econômica, que miram aqueles eventos mais tradicionais, mas também para prestações e benefícios que visam proteger a sociedade em face de riscos menos ortodoxos, como aquelas voltadas para perseguidos políticos, pessoas afetadas pelo Zika vírus ou benefícios como o auxílio-emergencial durante a pandemia de COVID-19, dentre inúmeros outros.

Apesar disso, ainda dispomos de poucos dados sobre o estado atual dos benefícios sociais brasileiros quando considerados nessa abrangência mais ampla, dado que as análises sobre o tema em regra o fazem com corte bastante específico, por exemplo, voltada exclusivamente para os benefícios de natureza securitária ou assistencial.

Diante do cenário apresentado, o **problema de pesquisa** é identificar o estado atual dos benefícios e prestações sociais brasileiros voltados para a proteção econômica, analisando também suas características fundamentais protetivas e as condições que ensejaram sua implementação. Tem-se como **hipótese** que, apesar da centralidade das prestações previdenciárias e assistenciais, o Brasil conta com um relevante escopo protetivo em tais prestações isoladas, mas que contam com um grau inferior de institucionalização e que tendem a surgir em momentos de maior comoção social e, principalmente, política.

Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é compreender e analisar os mecanismos de segurança econômica no Brasil, considerando as transformações socioeconômicas nas últimas décadas e a pulverização das políticas públicas nacionais de proteção social.

Os objetivos específicos são: (i) mapear os benefícios de proteção social no Brasil, destacando as principais mudanças legislativas e institucionais recentes; (ii) identificar e caracterizar os diferentes mecanismos de segurança econômica implementados no Brasil, incluindo os principais programas de transferência de renda, benefícios previdenciários e assistenciais, além de prestações de outras naturezas com finalidades similares e; (iii) examinar as respostas políticas e sociais às crises recentes (como a pandemia de COVID-19 ou tragédias ambientais) e seus efeitos sobre as políticas de proteção social.

As atividades desenvolvidas no presente projeto de pesquisa subsidiarão a

elaboração de artigos científicos que poderão ser publicados em periódicos acadêmicos e/ou em livro de coletânea de artigos, a fim de trazer um diagnóstico mais preciso sobre a situação protetiva nacional.

Metodologia

A pesquisa adotará uma abordagem híbrida, combinando métodos quantitativos e qualitativos para uma análise abrangente dos mecanismos de segurança econômica e proteção social no Brasil. Na abordagem qualitativa, será feita análise documental de legislação, políticas públicas, relatórios de organismos internacionais (como OIT e Banco Mundial) e estudos acadêmicos. Na abordagem quantitativa, serão analisadas bases de dados governamentais sobre população, renda, indicadores sociais e benefícios federais.

Plano de trabalho e cronograma de atividades

As atividades do presente projeto de pesquisa serão desenvolvidas de setembro de 2024 a julho de 2025, conforme previsto no Edital Pibic/CNPq – FGV Direito Rio 2024-2025. A pesquisa será desenvolvida em ciclos mensais, quando deverão ser elaborados, pelo orientando, relatórios parciais dos resultados da pesquisa desenvolvida no período.

De setembro a dezembro de 2024 serão desenvolvidas pesquisas no âmbito dos programas de proteção social mais bem estruturados e tradicionais, tais como as prestações regulares dos programas de transferência condicionada de renda, assistência e previdência. De janeiro a julho de 2025 serão realizadas pesquisas sobre os benefícios menos ortodoxos, a fim de identificar não apenas os programas atualmente existentes, mas também os padrões relativos aos seus requisitos de elegibilidade e às condições de seu surgimento.

Até o final do período do projeto de pesquisa será desenvolvido ao menos um artigo científico a ser publicado em periódico ou em livro de coletânea de artigos.

Referências bibliográficas

ANUÁRIO Estatístico da Previdência Social 2022, Brasília: PS, 2022.

CARVALHO, Sandro Sacchet. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial**: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro. Brasília: IPEA, 2021.

CEPAL. **Base de datos de inversión social**. [2021]. Disponível em: <https://observatoriosocial.cepal.org/inversion/en/chart/latin-america-17-countries-social-expenditure-central-government-functions-2000-2018>.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **A previdência social no estado contemporâneo**: fundamentos, financiamento e regulação. Niterói: Impetus, 2011.

NERI, Marcelo Côrtes *et al.* Efeitos macroeconômicos do programa bolsa família: uma análise comparativa das transferências sociais. *In*: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa bolsa família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

NERI, Marcelo; OSORIO, Manuel. **Comparando o BPC (transferências de renda vinculadas ao salário-mínimo) vs Bolsa Família (criação do Renda Brasil)** – Sumário Executivo. Rio de Janeiro: FGV Social, 2020.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Society at a Glance 2019**: OECD Social Indicators. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1787/soc_glance-2019-en.

PARIJS, Philippe van; VANDERBORGHT, Yannick. **Renda básica**: uma proposta radical para uma sociedade livre e economia sã. São Paulo: Cortez, 2018.

SOARES, Sergei *et al.* **Uma proposta para a unificação dos benefícios sociais de crianças, jovens e adultos pobres e vulneráveis**. Brasília: IPEA, 2019.

TAVARES, Marcelo Leonardo; SOUSA, Ricardo José Leite. O princípio da solidariedade aplicado à previdência social. **Revista Jurídica Unicuritiba**, Curitiba, v. 1, n. 42, p. 277-293, fev. 2016. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1495>.

UNITED NATIONS. **Promoting inclusion through social protection**: report on the world social situation 2018. New York: UN, 2018. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2018/06/rwss2018-full-advanced-copy.pdf>.

PROPOSTA DE SUB-PROJETO DE PESQUISA

Ref: Edital Pibic/CNPq – FGV Direito Rio 2024-2025

Projeto: Regulação social e proteção social: os mecanismos de segurança econômica e de combate à pobreza no Brasil.

Proponente: Luis Lopes Martins - Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Direito pela Fundação Getulio Vargas – FGV Direito Rio. Professor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas - RJ. Professor da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do SUL – PUCRS.

Resumo

Este subprojeto de pesquisa visa aprofundar o entendimento sobre os mecanismos de segurança econômica e de combate à pobreza no Brasil, com foco específico em identificar, analisar e avaliar os instrumentos de proteção social atualmente existentes, em particular aquelas decorrentes de crises recentes, como a pandemia de COVID-19 e tragédias ambientais. Pretende-se examinar como essas crises influenciaram as políticas de proteção social e quais inovações ou ajustes foram implementados para enfrentar os novos desafios.

Objetivos

O objetivo do presente subprojeto de pesquisa é a inclusão do discente de graduação nas atividades de pesquisa descritas. A pesquisa a ser desenvolvida pelo discente juntamente com o professor orientador demandará o levantamento de material de pesquisa (legislativo, bibliográfico e documental) que sirvam de embasamento para a elaboração de trabalho (artigo em periódico científico ou capítulo de livro) sobre o estado atual das políticas de proteção social e econômica no Brasil e examinar as respostas políticas e sociais às crises recentes (como a pandemia de COVID-19 ou tragédias ambientais).

Metodologia, resultados esperados e forma de análise dos resultados

A pesquisa adotará uma abordagem híbrida, combinando métodos quantitativos e qualitativos para uma análise abrangente dos mecanismos de segurança econômica e proteção social no Brasil. Na abordagem qualitativa, será feita análise documental de

legislação, políticas públicas, relatórios de organismos internacionais (como OIT e Banco Mundial) e estudos acadêmicos. Na abordagem quantitativa, serão analisadas de bases de dados governamentais sobre população, renda, indicadores sociais e benefícios federais.

Espera-se que a pesquisa gere subsídios quantitativos acerca das políticas públicas atualmente existentes no Brasil para a proteção econômica, em específico as políticas públicas consubstanciadas na forma de prestações pecuniárias. Além disso, são esperadas análises qualitativas sobre as características fundamentais de tais prestações, tais como grau de sua institucionalização ou condições tradicionalmente relacionadas ao seu surgimento.

Cronograma

As atividades do projeto de pesquisa serão desenvolvidas de setembro de 2024 a julho de 2025, conforme previsto no Edital Pibic/CNPq – FGV Direito Rio 2024- 2025. A pesquisa será desenvolvida em ciclos mensais, quando deverão ser elaborados, pelo orientando, relatórios parciais dos resultados da pesquisa desenvolvida no período.

De setembro a dezembro de 2024 serão desenvolvidas pesquisas no âmbito dos programas de proteção social mais bem estruturados e tradicionais, tais como as prestações regulares dos programas de transferência condicionada de renda, assistência e previdência. De janeiro a julho de 2025 serão realizadas pesquisas sobre os benefícios menos ortodoxos, a fim de identificar não apenas os programas atualmente existentes, mas também os padrões relativos aos seus requisitos de elegibilidade e às condições de seus surgimento.

Até o final do período do projeto de pesquisa será desenvolvido ao menos um artigo científico a ser publicado em periódico ou em livro de coletânea de artigos.

Referências bibliográficas

ANUÁRIO Estatístico da Previdência Social 2022, Brasília: PS, 2022.

CARVALHO, Sandro Sacchet. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial**: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro. Brasília: IPEA, 2021.

CEPAL. **Base de datos de inversión social**. [2021]. Disponível em: <https://observatoriosocial.cepal.org/inversion/en/chart/latin-america-17-countries-social-expenditure-central-government-functions-2000-2018>.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **A previdência social no estado contemporâneo**: fundamentos, financiamento e regulação. Niterói: Impetus, 2011.

NERI, Marcelo Côrtes *et al.* Efeitos macroeconômicos do programa bolsa família: uma análise comparativa das transferências sociais. *In:* CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa bolsa família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, 2013.

NERI, Marcelo; OSORIO, Manuel. **Comparando o BPC (transferências de renda vinculadas ao salário-mínimo) vs Bolsa Família (criação do Renda Brasil)** – Sumário Executivo. Rio de Janeiro: FGV Social, 2020.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Society at a Glance 2019: OECD Social Indicators.** Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1787/soc_glance-2019-en.

PARIJS, Philippe van; VANDERBORGHT, Yannick. **Renda básica: uma proposta radical para uma sociedade livre e economia sã.** São Paulo: Cortez, 2018.

SOARES, Sergei *et al.* **Uma proposta para a unificação dos benefícios sociais de crianças, jovens e adultos pobres e vulneráveis.** Brasília: IPEA, 2019.

TAVARES, Marcelo Leonardo; SOUSA, Ricardo José Leite. O princípio da solidariedade aplicado à previdência social. **Revista Jurídica Unicuritiba**, Curitiba, v. 1, n. 42, p. 277-293, fev. 2016. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1495>.

UNITED NATIONS. **Promoting inclusion through social protection: report on the world social situation 2018.** New York: UN, 2018. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2018/06/rwss2018-full-advanced-copy.pdf>.